

# Estudo Técnico Preliminar 3/2021

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 08410.000151/2021-81

## 2. Descrição da necessidade

2.1 Os serviços comuns de engenharia ora demandados visam adequar o prédio sede da SR/PF/PI às normas e exigências vigentes quanto aos prédios públicos da União e normas técnicas impostas aos imóveis destinados a instituições policiais, além do regramento dos conselhos de engenharia e arquitetura.

2.2 O serviço a ser contratado baseia-se nos parâmetros de normas da ABNT que definem rotinas para uso das áreas de acesso público, com organização do espaço para o desenvolvimento de atividades fim e meio da Polícia Federal, preservando aspectos técnicos como normas de acessibilidade, reservas mínimas de convivência dos servidores e do público usuário.

2.3 A Superintendência Regional da Polícia Federal no Piauí está sediada em imóvel alugado, cuja instalação se deu através de adaptação de edificações reformadas e ampliadas, porém necessitando de adequações para otimização do uso para o fim a que se destina.

2.4 A atual edificação, construída sob regramento pretérito e com destinação inicial diversa da atividade policial, reclama intervenções pontuais, mas relevantes, provendo melhores condições para o público interno e externo que procure a PF na circunscrição.

2.5 A presente demanda visa adequar o imóvel às normas técnicas emanadas dos órgãos competente, representando serviços de suma importância para a Administração Pública, no sentido de possibilitar que a Polícia Federal tenha instalações físicas aptas a atender suas necessidades.

2.6 Considerando que não existe, nos quadros atuais da Administração, estrutura orgânica para execução de serviços de engenharia necessários, uma vez que tais atividades não constituem atribuições imediatas da PF, a alternativa de contratação de empresa especializada nesse serviço gera economia de gastos e eficiência no uso dos recursos públicos.

2.7 A pronta execução dos serviços constantes dos Projetos Básico e Executivo reunidos ao processo atende a ação estratégica de gestão de obras e infraestrutura, padronizando e modernizando o prédio do órgão, tornando a edificação adequada para bom termo das atividades fim e meio da PF.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SR/PF/PI	Mariana Paranhos Calderon.

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. A empresa a ser contratada deve possuir condições técnicas e operacionais para a prestação dos serviços de engenharia.

4.2. A empresa a ser contratada deve obedecer, no que for possível, as disposições acerca dos critérios de sustentabilidade ambiental, registradas da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010, notadamente em seu art. 4º.

4.3. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para o fornecimento dos bens e serviços.

4.4. O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) dias contados do recebimento da Nota de Empenho ou da assinatura do contrato, prorrogável por até igual período, a critério da Administração e sem prejuízo das sanções e penalidades aplicáveis.

4.5. O objetivo é contratar empresa especializada para a realização de serviços de adaptação de dependências da Superintendência Regional da Polícia Federal no Piauí, para receber servidores oriundos da academia nacional de polícia, além de eventuais remoções.

4.6 Além da documentação necessária, conforme legislação vigente e edital, a(s) Licitante(s) deverá (ão) apresentar a seguinte documentação complementar: Certidão de Acervo Técnico (CAT) e/ou Atestado de Capacidade Técnica-Operacional, em papel timbrado da empresa emitente ou com o carimbo, indicando endereço e telefone da emitente, expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que atestem execução de serviços compatíveis em características e prazos com o objeto da licitação.

4.7 Trata-se de regime de contratação indireta, na qual a Administração transfere a execução do objeto à terceira pessoa estranha, cabendo à Contratante a fiscalização plena das atividades desenvolvidas, transferindo a Contratada a responsabilidade dos encargos civis, trabalhistas, tributários e previdenciários, bem como dos riscos do empreendimento, permanecendo com a Administração, a responsabilidade subsidiária em relação aos créditos de natureza previdenciária não adimplidos pela Contratada.

4.8 Como requisitos básicos para execução dos serviços, a Contratada deverá adotar na execução dos projetos os seguintes critérios de sustentabilidade:

4.8.1 Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes, informando, se for o caso, o tratamento adotado para o recolhimento dos resíduos;

4.8.2 Substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

4.8.3 Separar e acondicionar em recipientes adequados para destinação específica os resíduos de obras, separando o que pode ser reaproveitado e reciclado, demonstrando os procedimentos utilizados para o recolhimento adequado dos materiais;

4.8.4 Manter critérios especiais e privilegiados para aquisição de produtos e equipamentos que apresentem eficiência energética e redução de consumo de energia, classificados pelo Selo Procel de Economia de Energia (um instrumento promocional do Procel – Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica coordenado pelo Ministério das Minas e Energia), que comprova a eficiência energética;

4.8.5 Utilizar exclusivamente lâmpadas fluorescentes compactas, tubulares de alto rendimento ou leds e luminárias eficientes, realizando a avaliação e implementação de intervenções energeticamente mais eficientes;

4.8.6 Priorizar o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local na execução dos serviços;

4.8.7 Providenciar o recolhimento dos materiais inservíveis e dos recipientes de tintas, vernizes, óleos e solventes originários dos serviços executados, para posterior repasse às empresas industrializadoras, responsáveis pela reciclagem ou reaproveitamento dos mesmos, ou destinação final ambientalmente adequada, demonstrando os procedimentos utilizados para o recolhimento adequado dos materiais;

4.8.8 Promover a Eficiência Energética por meio de ações que contemplem a redução do desperdício de energia elétrica advindo da ineficiência dos processos e ou equipamentos durante a realização da obra. Essas ações devem contemplar quando da substituição de equipamentos, por outros com melhor rendimento nos sistemas de iluminação, força motriz, dentre outros. Em suma, qualquer sistema, contanto que comprovada a Eficiência Energética gerada de acordo com as premissas da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL;

4.8.9 Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes, sendo o conteúdo programático do curso aprovado pela administração por meio do fiscal do contrato;

4.8.10 A Contratada deverá estabelecer, em comum acordo com a Contratante, procedimentos e rotinas voltadas ao monitoramento e melhoria contínua da eficiência energética e hidráulica durante a obra e de seus equipamentos;

4.8.11 Os materiais empregados pela Contratada deverão atender a melhor relação entre custos e benefícios, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos, associados ao produto;

4.8.12 A qualquer tempo a Contratante poderá solicitar à Contratada a apresentação de relação com as marcas e fabricantes dos produtos e materiais utilizados, que devem ser os mesmos instalados nas unidades da PF, podendo vir a solicitar a substituição de quaisquer itens por outros, com a mesma finalidade, considerados mais adequados do ponto de vista dos impactos ambientais.

## 5. Levantamento de Mercado

5 – Considerando a necessidade da Administração e as especificidades do serviço a melhor solução é a contratação de empresa vencedora em certame na modalidade pregão eletrônico, propiciando ampla concorrência e alcance das condições mais vantajosas para a Administração Pública.

5.1. As razões bastantes expostas acima justificam a solução apresentada como a mais eficiente e eficaz para a demanda da Administração.

5.2. Definida esta linha de atuação, o valor máximo que a Administração se propõe a pagar foi estimado com base em estudos propostos pela Caixa Econômica Federal (SINAPI), resultado de variantes condizentes com a economicidade.

## 6. Descrição da solução como um todo

6.1 A presente contratação visa selecionar pessoa jurídica na área de Engenharia, capaz de executar serviços comuns de engenharia no edifício sede da Superintendência Regional da Polícia Federal no Piauí;

6.2 A gestão deverá ser toda da CONTRATADA, de forma a observar fielmente o Edital, os requisitos do Termo de Referência e as previsões contidas nos demais documentos desse processo.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 Serviços de engenharia quantificados nos projetos e reunidos nos autos, presentes na tabela do item 1.1 do Anexo I - Termo de Referência Rev01 (coluna QUANT.), documento nº 19757838.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

8.1 O valor total estimado dos serviços é de **R\$ 39.039,61** (trinta e nove mil, trinta e nove reais e sessenta e um centavos).

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 O objeto da licitação não deve ser parcelado, estando em um único item, por conta da interdependência dos serviços de engenharia demandados que se complementam. O parcelamento é técnica e economicamente inviável, pois caso implementado implica em perda econômica de escala e em dificuldades técnicas insuperáveis para a consecução do objeto. O parcelamento implicaria em retrabalho, em infligir prejuízos financeiros decorrentes dos danos a estruturas abordadas separadamente, independentemente da ordem ou fila de execução dos serviços adotada.

9.2 A complexidade da contratação envolve disciplinas de diferentes áreas que se complementam em uma única solução técnica a ser executada em intrínca sincronia técnica-temporal para evitar trabalhos e retrabalhos, e para evitar seus consequentes prejuízos financeiros e o comprometimento estrutural do prédio.

9.3 O parcelamento é evidentemente desfavorável, por implicar em risco de não se conseguir executar o projeto e de se inviabilizar a contratação dos serviços para implementação das soluções propostas, além de impor insegurança jurídica causada pela dificuldade de se delimitarem responsabilidades técnicas de empresas diferentes eventualmente contratadas.

9.4 A contratação dos serviços em um só objeto visa a eficiência do resultado, uma vez que os serviços se inter-relacionam, bem como a eficaz administração local e única, reduzindo assim os custos de execução e fiscalização, se traduzindo em mais valia para o Erário.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não haverá contratação correlata e/ou interdependente ao objeto deste processo administrativo.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A pretendida aquisição vai ao encontro das diretrizes traçadas no Plano Estratégico 2010/2022 da Polícia Federal, atualizado pela Portaria nº 4453/2014 - DG/DPF, contribuindo para que se atinjam os seguintes fatores críticos de sucesso:

11.1.1. Pessoal motivado

a. Dispor de efetivo motivado ao desempenho das atribuições ao cumprimento da missão institucional.

11.1.2. Apoio logístico efetivo

a. Dispor de sistema de logística que permita manter todas as suas unidades em pleno funcionamento, sobretudo em situações adversas.

11.1.3. Manutenção das unidades

a. Realizar a manutenção dos edifícios e instalações, em especial prevenindo a ocorrência de danos e a solução de continuidade dos serviços essenciais de atribuição do órgão

b. Sistematizar e implementar processos, procedimentos, técnicas e metodologias para manter ativa toda a parte logística, garantindo o desempenho das atividades fim e meio da Polícia Federal.

11.2 No mesmo sentido, temos o PLANO NACIONAL DE OBRAS - PLANOB 2020/21 que contempla a realização dos demandados serviços de engenharia na sede da SR/PF/PI. O valor global orçado não foi previsto no referido Plano, contando ainda com autorização da Superintendente Regional para priorizar obras no único prédio de propriedade da União (sede da SR/PF/PI).

11.3 Dessa forma, é nítida a relação entre a contratação pleiteada e a política estratégica da Polícia Federal de manter as unidades em perfeito funcionamento, visando garantir o provimento correto e adequado dos equipamentos, através de manutenções preventivas e corretivas, protegendo o patrimônio da União.

## 12. Resultados Pretendidos

12.1. Conforme disposto em Termo de Referência, cujas especificações detalham cada serviço a prestar na conformidade dos projetos básicos e executivos subscritos por responsável-técnico (17793255). Assim como no cronograma físico-financeiro de desembolso que norteará o acompanhamento dos resultados.

## 13. Providências a serem Adotadas

13.1. O órgão possui, como forma de serviço excepcional, o teletrabalho. Desta forma, durante a execução dos serviços objeto deste certame, os servidores afetados poderão exercer suas funções de forma remota.

13.2. Por se tratar de contrato de baixo nível de dificuldade de execução, não haverá programa de capacitação e treinamento dos servidores ou contratados para o trabalho de gestão e fiscalização do contrato.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Os já recorrentes em mercado.

14.2. Este Órgão demanda que a empresa a ser contratada deve obedecer, no que for possível, as disposições acerca dos critérios de sustentabilidade ambiental, registradas da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010, notadamente em seu art. 4º.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável com restrições** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade com Restrições

15.2 Justificativa da Viabilidade: Levando-se em consideração as condições atuais do prédio sede da Superintendência Regional da Polícia Federal no Piauí, que sua disposição física atual não suporta a quantidade de servidores prevista, tornando-se urgente e necessária a imediata realização dos serviços demandados para prover um desempenho otimizado da edificação, que trará, além da economia na execução, com as melhores técnicas do mercado, observância de requisitos de sustentabilidade, adequada manutenção da saúde e do bem estar dos servidores e usuários dos serviços públicos, de forma a garantir a atuação da Polícia Federal no âmbito de suas atividades, no combate aos crimes e prestando os serviços administrativos de forma dinâmica, com utilização de edificações e recursos públicos ideais.

## 16. Responsáveis

JOSÉ DE FRANÇA FILHO

GTED/SR/PF/PI

FERNANDO JOSE BARBOSA DE MOURA CASTRO

GTED/SR/PF/PI